

Educação sem rumo

O GRUPO de técnicos que assessorava a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a aplicação dos recursos da Emenda João Calmon (que vinculou 13% da receita tributária da União e 25% da receita de impostos dos Estados e Municípios às despesas com educação) apresentou um parecer de causar espanto: a existência do Ministério da Educação (MEC) não se justifica por resultado algum palpável; e, sem nada produzir, tudo quanto ele faz pode ser perfeitamente feito sem ele.

HÁ UM exagero na sugestão: da ineficiência, ainda que sobejamente comprovada, de um órgão, não se pode concluir, de pronto, por sua inutilidade. E no Brasil, onde a recuperação do atraso em matéria educacional é tarefa superior à capacidade das forças sociais isoladas, seria pelo menos temeridade propor a desativação do MEC.

NINGUÉM pode considerar o Estado brasileiro quitado de suas obrigações com a educação do público e em condições de dispensar a existência do MEC.

O QUE parece certo é o desconforto dos responsáveis por pensar o Brasil do futuro e de todos os órgãos e entida-

des de planejamento, públicos e privados, com o desempenho do MEC. Nenhum deles deixará de assentir ao que os assessores da CPI apontaram: as taxas de analfabetismo aumentam, cai a qualidade do ensino e não se verifica o desenvolvimento da pesquisa. O MEC e, a seu exemplo, as Secretarias estaduais e municipais de Educação se burocratizaram.

SÓ DE longe em longe se tem notícia de alguma real política educacional; a qual, por não encontrar o que a anime e sustente, acaba quase sempre se perdendo no efêmero.

NA administração, porém, e sobretudo na administração pública não ocorre o que se dizia ser uma das leis da evolução: sem exercício e sem cumprir sua função, o órgão se atrofia. Constatou-se na CPI que mais da metade dos recursos destinados constitucionalmente à educação é consumida em atividades burocráticas do MEC ou das Secretarias estaduais e municipais de Educação.

O VÍCIO contraído por esses órgãos públicos, na carença de uma política definida e no vazio de uma filosofia educacional, pode ser aliás constatado por qualquer

um, a olho nu. Em períodos de expansão econômica, ou de interesses imediatistas, como o eleitoral, eles se esfalfam na liberação de verbas para obras; se possível monumentais, como certas universidades, institutos e escolas: no Brasil, a educação não é vista como instrumento do futuro; é antes cartão de recomendação, ou crédito, pelo passado.

EM TEMPOS de crise, como agora, Ministério e Secretarias se exaurem na negociação com seus próprios quadros de pessoal. Numa e noutra circunstância, despeçam-se da figura própria: efetivamente, ou são de Obras, ou são de Administração; não de Educação.

EM educação, não conseguimos, se não muito esporadicamente, ver o poder com quem tem méritos e conceito e, portanto, prestígio a justificá-lo. Vimos economistas convocados para a Fazenda, magistrados e juristas, para a Justiça, e sanitaristas, para a Saúde; faltou-nos ver, na Educação, da maneira constante que as necessidades do País tanto recomendariam, nomes que contivessem uma política. Daí ser o poder sem filosofia e sem política a miséria fundamental de nossa educação.